

INFÂNCIAS IMAGINADAS: CONSTRUÇÕES DO EU E DA SOCIEDADE NAS HISTÓRIAS DE VIDA*

MARIANNE GULLESTAD**

RESUMO: Este artigo demonstra as conexões entre imaginar nações e imaginar infâncias e defende um exame mais crítico dos papéis e das significações mutáveis das lembranças de infância em narrativas autobiográficas, assim como do crescente uso, no mundo inteiro, de memórias de infância para a construção do eu moderno. O vínculo entre o eu da criança e o eu do adulto é o corpo enquanto repositório de memórias e sistema de ação, e o exame profundo e contínuo das experiências de infância é geralmente considerado como uma parte central e natural da representação da pessoa adulta. Logo, as reminiscências de infância costumam desempenhar um papel importante nas narrativas de vida em termos de quantidade, intensidade e centralidade, embora, ao mesmo tempo, tenham recebido pouca atenção teórica até agora. A meu ver, esses fatos fornecem a chave para a análise cultural do presente estágio da modernidade. Distingo as infâncias textuais das infâncias vividas e discuto o tipo de informação sobre uma infância vivida que as histórias de vida podem fornecer. Em particular, pergunto se as histórias de vida contadas por adultos podem nos ajudar a entender as experiências da infância do “ponto de vista da criança”. A diferença entre o eu que narra e o eu que foi atingido o seu auge quando as pessoas narram suas experiências da infância. É neste sentido que as lembranças da infância podem ser consideradas como “infâncias ima-

* Este artigo é uma versão adaptada e abreviada do capítulo de introdução de GULLESTAD, M. (Ed.). *Imagined childhoods: self and society in autobiographical accounts* (Infâncias imaginadas: o eu e a sociedade nos relatos autobiográficos). Oslo: Scandinavian University Press, 1996. Tradução de Alain François, com revisão técnica de Fernanda Müller.

** Pesquisadora titular do Centro Norueguês para Pesquisa sobre Crianças, Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de Trondheim. *E-mail:* marianne.gullestad@samfunnsforskning.no

ginadas”. A discussão junta *insights* de muitas disciplinas e implicações para as teorias social e literária.

Palavras-chaves: Infância. Autobiografia. História de vida. Formação do eu. Reflexividade. Modernidade. Verdade.

IMAGINED CHILDHOODS:
CONSTRUCTIONS OF SELF AND SOCIETY IN LIFE STORIES

ABSTRACT: This article demonstrates connections between the imagining of nations and the imagining of childhoods and argues for more critical examination of the changing roles and meanings of childhood recollections in autobiographical narratives as well as of the increasing use throughout the world of childhood memories for the construction of the modern self. The link between the child and the adult self is the body as a repository of memories and an action system, and the continuous scrutinizing of childhood experiences is usually regarded as a central and natural part of the representation of the adult person. Childhood reminiscences therefore often loom large in life narratives in terms of amount, intensity, and centrality, at the same time as they have so far obtained little theoretical attention. These facts, in my view, provide a key to the cultural analysis of the present stage of modernity. I distinguish between textual childhoods and lived childhoods, and I discuss what kind of information about lived childhood life stories can provide. In particular, I ask if life stories told by adults can help us understand childhood experiences from “the child’s point of view”. The difference between the self who tells and the self who was is at its greatest when people narrate their childhood experiences. It is in this sense that childhood recollections can be regarded as ‘imagined childhoods’. The discussion brings together insights from many disciplines with implications for both social and literary theory.

Key words: Childhood. Autobiography. Life story. Self-fashioning. Reflexivity. Modernity. Truth.

Este artigo parte de dois paradoxos. O primeiro é que as reminiscências de infância constituem uma parte crucial de muitas histórias de vida modernas, e que esse fato mal é estudado e teorizado. O segundo é que à medida que as histórias de vida estão se tornando cada vez mais populares, o modo de estudá-las está se tornando cada vez mais problemático. A meta deste artigo é discutir a análise de histórias de vida na crítica literária, na história e nas ciências sociais ao juntar dois campos de pesquisa diferentes: o estudo de infâncias e o

estudo de histórias de vida (tanto autobiografias escritas como histórias de vida obtidas em entrevistas). Meu argumento é que um enfoque da infância deveria se tornar central nas atuais tentativas teóricas de reconfigurar as relações entre textos e vidas, porque ele intensifica e esclarece as discussões sobre a verdade e a autenticidade nas narrativas autobiográficas. Além disso, o estudo das conexões entre o textual e o social nas histórias de vida melhora nossa compreensão do papel das memórias de infância na construção e objetificação dos eus modernos.

Para discutir as diversas significações que, implícita ou explicitamente, são investidas nos primeiros anos de vida, é útil começar por distinguir as infâncias textuais das infâncias vividas. Uma infância textual pode ser definida como uma infância contada, enquanto uma infância vivida é uma infância do modo como foi experimentada. Neste artigo discuto todo um leque de perguntas a respeito de infâncias vividas e textuais: por que as reminiscências de infância são tão importantes nas narrativas de vida? Os papéis e significações mutáveis das reminiscências de infância podem ser estudados como fazendo parte de uma mudança histórica em grande escala? Qual a relação entre contexto social e forma narrativa? Quando e por meio de que experiências as infâncias textuais começam e acabam? Que acontecimentos são selecionados, como são apresentados e que lugar e papel lhes são dados na estrutura das narrativas? O que é, implícita ou explicitamente, considerado como uma infância boa ou ruim? Existem diferenças de gêneros expressivas nas maneiras de construir as infâncias textuais? As histórias de vida contadas por adultos podem ser uma boa fonte para entender as experiências da infância, do “ponto de vista da criança”?

Um terreno fértil para o trabalho interdisciplinar e transdisciplinar

Os historiadores e cientistas sociais tendem a usar as histórias de vida para delas extraírem *informações* sobre cursos de vida, ao passo que os analistas de textos tendem a vê-las como *narrativas*. Enquanto os cientistas sociais enfatizam a vida, os críticos literários enfatizam a história. Os críticos literários tendem a recorrer aos relatos de grandes escritores para obterem *insights* sobre os aspectos particulares e *únicos* de suas vidas, enquanto os cientistas sociais tendem a alegar que seus sujeitos são *representativos* dos cursos de vida de vários grupos. Logo se vê que o estudo das histórias de vida fornece um terreno fértil para o tra-

balho interdisciplinar e transdisciplinar, especialmente entre os modos como sociólogos, antropólogos, historiadores e outros cientistas sociais analisam as lembranças pessoais e outros tipos de relatos orais obtidos de seus informantes, e as maneiras como os críticos literários entendem os escritos de vida. A crítica pós-estruturalista como a de Paul de Man (1984) ensinou-nos a levar a sério as convenções de linguagem e sua criatividade. Armados com esses *insights*, aqueles de nós que se interessam pela sociedade e a cultura devem tentar reconectar textos e vidas de novas maneiras, tanto teórica como metodologicamente. Além disso, o pesquisador social que se interessa pelos “fatos” precisa considerar seriamente os aspectos narrativos de histórias de vida.

As lembranças da infância como recursos para a construção do eu moderno

Os estudiosos de autobiografias enfocam sua natureza como “metáforas de eu” (Olney, 1972). Nas palavras de Liz Stanley (1993, p. 131), “A autobiografia tem no seu cerne um projeto que se preocupa com a construção artística de um eu pela escrita, um eu que pode ser visto como que olho no olho”. O fato de os indivíduos não serem apenas abstraídos de, mas também, em teoria, separados de, e opostos às condições sociais e materiais em que vivem é uma parte central da consciência moderna. Assim, os indivíduos passaram a ser vistos como plenamente autônomos e racionais, não apenas na filosofia, como também nas teorias da escrita autobiográfica (ver, por exemplo, Gusdorf, 1980 [1966]). Isso significa que, até agora, os analistas de autobiografias não conseguiram usar todo o potencial de seus materiais para criticar as tão difundidas noções abstratas e ahistóricas de eus individuais.¹

Neste ponto, desde G.H. Mead (1934), a teoria social tem muito para oferecer à crítica literária. Não por acaso, ao mesmo tempo em que a individualidade e a unicidade estão sendo “descobertas” na antropologia social (Cohen, 1994), a natureza relacional dos eus está sendo “descoberta” na crítica literária (Eakin, 1999). As construções de eus costumam ser a tal ponto culturalmente arraigadas que até o estudo de histórias de vida aparentemente atípicas de grandes escritores de fato nos abrem à compreensão de convenções culturais comuns de como uma vida pode ser representada. Entretanto, não se trata de escolher

uma *ou* a outra – autonomia *ou* sociabilidade –, mas de conseguir ver analiticamente aspectos de ambas numa história de vida.

Defino o *eu* moderno como o esforço contínuo, em forma de processo, de um indivíduo para juntar seus vários papéis, identidades e experiências. Os *papéis*, por sua vez, são os aspectos dinâmicos das várias posições de um indivíduo na estrutura social, enquanto as *identidades* são aquelas qualidades com que o indivíduo se identifica e para as quais ele ou ela deseja uma confirmação social. Embora algumas identidades estejam diretamente vinculadas a papéis sociais, outras, como gênero e etnicidade, podem ser aspectos de vários papéis. As pessoas modernas constroem muitas identidades flutuantes e específicas à situação, embora costumem se esforçar por ter uma imagem de si mais ou menos coerente e contínua (Gullestad, 1996, p. 17-32; 2003a e 2003b). Portanto, o eu deve ser considerado mais como um esforço do que como um resultado final.

Esta perspectiva pode ser resumida dos seguintes modos: 1) as pessoas modernas assumem vários papéis com diferentes outros em contextos diferentes; 2) não existe uma relação unívoca entre papéis e identidades; 3) as pessoas modernas incorporam múltiplas identidades ao mesmo tempo e em função das situações; 4) como constelação de identidades, a imagem do eu é única, embora ao mesmo tempo dialógica e relacionalmente constituída; 5) as identidades e os eus não são atemporais, independentes do contexto, abstratos e fixos, mas variam segundo as situações, os contextos culturais e os períodos históricos; 6) portanto, as identidades e os eus variam segundo categorias socialmente estruturadas, tal como gênero, idade e classe social; e 7) a construção de eus e identidades está arraigada em complexas relações hierárquicas de diferenças culturais e relações desiguais de poder (Gullestad, 1996, p. 20).

No sentido amplo de uma história de si interpretativa, a autobiografia está não à margem da formação do eu na vida social moderna. As identidades e os eus são alcançados por meio de um uso negociado e reflexivo do material de história de vida disponível. O que o indivíduo se torna depende dos esforços reconstrutivos em que ele ou ela se envolve. A auto-realização (*self-actualization*) se estende ao corpo, e o corpo deveria ser entendido como parte de um sistema de ação mais do que como um mero objeto passivo. A consciência do corpo é um meio de construir um eu diferenciado e de tentar integrar o eu como um todo (Giddens, 1991).

De uma maneira ou de outra, a maioria das narrativas de vida atuais são testemunhos dos processos históricos, econômicos, sociais e culturais da modernidade capitalista. Hoje em dia, a modernização tornou-se um fenômeno mundial, não mais restrito a suas formas ocidentais. As narrativas expõem um imenso leque de reações, adaptações e resistências específicas à modernidade. Com os mecanismos de deslocamento da modernidade (Berger et al., 1973; Giddens, 1991), as relações sociais são reorganizadas através de grandes distâncias de espaço-tempo, criando novos problemas, conflitos e dilemas para os indivíduos. Existe, hoje, uma literatura que prolifera rapidamente nas ciências sociais e tenta teorizar as mutáveis estruturas econômicas, sociais e culturais no mundo. As novas estruturas que estão emergindo já receberam vários nomes: “sociedade pós-industrial” (Bell, 1974), “capitalismo tardio”, “especialização flexível” (Piore & Sabel, 1984), “acumulação flexível” (Harvey, 1989), “pós-modernidade” (Harvey, 1989; Stephens, s./d.), “modernidade tardia” (Giddens, 1991) e “sociedade de risco” e “segunda modernidade” (Beck, 1986). Não faltam problemas para definir esses termos assim como as áreas e períodos de tempo aos quais se aplicam. Contudo, todos esses teóricos argumentam que vastas e profundas constelações de mudanças estão ocorrendo no mundo desde a Segunda Guerra Mundial. Por falta de um termo melhor, chamarei provisoriamente os aspectos sociais e culturais do presente estágio da sociedade capitalista de “modernidade transformadora”; e a era anterior, de antes de 1970, mais ou menos, o de “modernidade clássica”.

Quero argumentar aqui que as narrativas autobiográficas tornam-se mais importantes na vida das pessoas com essas mudanças econômicas, sociais e culturais. O gênero autobiográfico está se efetivando e se transformando por estender-se a novos grupos, novos contextos e novas regiões do mundo como parte das presentes mudanças. Interpreto essa extensão como integrando uma luta contemporânea por constelações fundamentadas de significação dentro de processos cada vez mais globais.

Além do mais, embora as teorias da modernidade estejam geralmente silenciosas a respeito da infância, a meu ver, hoje em dia, é crucial enfocar os modos como as experiências da infância são usadas como *recursos na construção do eu moderno*. Interpreto o crescente interesse por autobiografias em geral, e pela infância em particular, como uma manifestação elevada da busca moderna do eu. Ela começou com o Movimento Romântico, que estabeleceu a infância como um reino

de experiências presente em cada ser humano, uma paisagem de sentimentos e uma qualidade de vida que podem ser continuamente reinterpretadas. A transformação dessas idéias em conhecimento social geral tendeu a des-historizar a infância, permitindo que seja vista como existindo em e de si mesma. Vistas como a causa e a origem do presente, as experiências da infância são consideradas como partes profundas e verdadeiras da pessoa, como sendo próprias de cada um, num sentido mais profundo e diferente do que as experiências ulteriores. O vínculo entre a criança e o adulto é precisamente o corpo enquanto repositório de memórias e sistema de ação. As memórias de infância são percebidas como “íntimas”, “naturais”, “autênticas” e, às vezes, também como fonte de certo tipos de poder.

Memórias de infância contestadas

Logo, é necessário fazer análises cuidadosas das narrativas de infância para teorizar a emergência tanto dos eus como dos contornos deste estágio da modernidade capitalista. O modo como as experiências de infância são usadas por muitas pessoas como poderosos recursos para a construção do eu é também crítico para a compreensão de outros fenômenos contemporâneos. As memórias de infância têm realmente se tornado um lugar contestado, fonte de muitos debates acalorados. Segundo discursos recentes da psicologia, por exemplo, existe, em cada um de nós, “uma criança por dentro” (Miller, 1981), e a terapia implica “entrar em contato” com aquela criança. A metáfora da “criança por dentro” é ao mesmo tempo nova e antiga. Foi cunhada e alcançou uma aceitação indiscutível durante as últimas décadas, mas o ponto de partida de seu desenvolvimento enquanto idéia e metáfora remonta à noção do século XVIII de que os seres humanos são dotados de sentido moral, de um sentimento interior intuitivo para o que está certo e errado. Ao invés de estar em contato com Deus ou a idéia do Bem, os seres humanos haviam de estar em contato com seus próprios eus mais profundos (Taylor, 1991). Essa volta subjetiva para dentro, que implica uma concepção de humanos como seres com profundidade interior, tem hoje em dia se transformado na idéia de que a natureza mais íntima dos seres humanos adultos é uma criança vulnerável.

Mais perturbadores do que a idéia de “uma criança por dentro”, surgiram muitos debates sobre casos de “memória recuperada” de abusos sexuais (ver, por exemplo, Ofshe & Watters, 1994). Algumas pessoas –

especialmente mulheres – podem, durante sessões de terapia, mais tarde em sua vida, começar a lembrar incidentes de abusos sexuais quando eram crianças, às vezes ligados a rituais satânicos. A terapia da memória recuperada está vinculada ao uso crescente do diagnóstico, antigamente raro, de “distúrbio de personalidade múltipla”. Segundo esse diagnóstico, a pessoa afetada tem muitas personalidades, cada qual com memórias diferentes – e esquecidas.

Essa terapia é fortemente contestada. Se, por um lado, várias crianças são realmente abusadas, e é importante dar mais atenção a esse sofrimento que costumava ser tabu, por outro, o estatuto das memórias de infância que surgem numa terapia é extremamente problemático quando não existia memória alguma antes da terapia. Entretanto, quero abordar esse assunto por um ângulo diferente, perguntando *por que* se dá tanta atenção pública, atualmente, a esses fenômenos. Por que esses fenômenos estão vindo à tona, hoje em dia? Acredito que pelo menos parte da resposta esteja ligada às mudanças nas condições de construção dos eus esboçadas acima. Independentemente de abusos satânicos terem ocorrido ou não, e de o diagnóstico de distúrbio de personalidade múltipla ser válido ou não, esses fenômenos ocupam obviamente a imaginação popular como símbolos-chave da sociedade contemporânea. Os abusos sexuais de crianças simbolizam as desigualdades de poder numa sociedade dominada pelo homem e explicam doenças e sofrimentos complexos. A idéia de personalidades múltiplas ilustra uma luta – e às vezes a celebração – dessa circulação ágil entre vários mundos sociais nitidamente diferenciados.

O fato de as experiências de infância serem geralmente assumidas como naturais e autênticas é mais um motivo pelo qual a infância parece estar em perigo hoje, quando muitos objetos e campos aparentemente naturais estão sendo reconcebidos como socialmente construídos. Assim como as versões extremadas do pós-estruturalismo na análise textual querem abolir a realidade fora do texto, as versões extremadas de crítica social pós-moderna querem argumentar contra a natureza fora do discurso ou da cultura. Contudo, as infâncias *não são menos reais* por serem socialmente construídas e, num certo sentido, “imaginadas”.

Fato e ficção no estudo das histórias de vida

Antes de passar à questão da verdade no estudo das memórias de infância, preciso dizer mais algumas palavras a respeito do estudo das

histórias de vida. O sociólogo Daniel Bertaux (1981, p. 7-8) define as histórias de vida como “relatos da vida de uma pessoa tal como entregues oralmente pela própria pessoa”. Na sua pesquisa, Bertaux enfocou as histórias de vida obtidas oralmente como dados históricos e sociológicos e não como narrativas. Essa definição, que exclui os relatos escritos, é muito usada nas ciências sociais. Subjacente a esta exclusão dos relatos escritos da definição de histórias de vida está uma série de pressupostos culturais não estudados sobre a diferença entre escrita e fala. Enquanto a escrita é considerada um tanto artificial ou fabricada e, portanto, inadequada como dado sociológico, a fala é considerada como sendo mais próxima da realidade, mais espontânea e menos construída.

Esses pressupostos precisam ser examinados criticamente. Obviamente, existem diferenças expressivas entre relatos orais e escritos. A escrita é um processo de mediação que faculta mais tempo para refletir, estilizar, escolher as memórias assim como as palavras para reconstruí-las e experimentar diferentes formas de representação.² Assim, a escrita fornece um espaço para explorações diferentes das encontradas nos relatos orais, mas não necessariamente menos informativas para o analista cultural ou o cientista social. Tudo depende da natureza das questões da pesquisa.

Existem também semelhanças expressivas entre as narrações oral e escrita. Ambas são *reconstruções verbais* do “que realmente ocorreu”. As coisas se complicam mais ainda quando percebemos que os relatos escritos podem ter um caráter “oral” e os orais, um caráter “escrito”. Por exemplo, algumas histórias de vida escritas contêm mini-narrativas que já foram transmitidas oralmente muitas vezes, enquanto outras histórias de vida ou partes de histórias de vida (independentemente de orais ou escritas) contêm materiais que nunca foram contados antes. Muitas histórias de vida empíricas contêm misturas de gêneros, inclusive partes que se lêem como memoriais, outras que enfocam experiências íntimas, sem falar de poesias e cartas. Algumas lembram romances. Podem ser altamente construídas, mas, mesmo assim, revelar verdades profundas sobre o autor. Outras, baseadas em acontecimentos reais, aproximam-se da história, mas continuam ficcionais num certo sentido.

Talvez a definição mais famosa de autobiografia seja a formulada pelo especialista em literatura, Philippe Lejeune (1975, p. 14): “Um relato retrospectivo em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência enfatizando sua vida individual e mais particularmente a história

de sua personalidade”. Ele especifica as condições para que um texto seja geralmente compreendido como uma autobiografia. Entretanto, muitas histórias de vida não cabem nessa definição, em particular, as de pessoas que não são poetas ou escritores por profissão, cujas histórias podem enfatizar, por exemplo, o desenvolvimento de um grupo de pessoas mais do que apenas a história de uma personalidade individual.

Logo, uso os termos de “história de vida” e “autobiografia” num sentido amplo e descritivo, o que, enquanto cientista social, parece-me constituir um método etnográfico de análise textual. Houve uma tendência em se usar definições normativamente, reduzindo arbitrariamente a área de estudos (Olney, 1972, 1980; Abbot, 1988). As vidas são vividas em contextos culturais, a partir dos quais as histórias de vida são construídas. Com isso, as histórias de vida possibilitam estudar como diversos recursos e convenções culturais são empregados na reconstrução de experiências de vida. Uma história de vida não é modelada apenas pelos fatos materiais da existência social, mas também por noções e expectativas profundamente arraigadas a respeito do que vem a ser uma vida culturalmente normal, assim como por regras conscientes e inconscientes a respeito do que constitui uma boa história.

Essas várias definições das histórias de vida e autobiografias mostram que a dicotomia entre fato e ficção assombra tanto as ciências sociais como a análise literária, embora de maneiras diferentes. Na modernidade ocidental, fortes tradições tratam o cultural e o simbólico como logros e distorções de uma realidade subjacente, embora fundamental. Como as narrativas de vida não são experiências e acontecimentos, mas relatos de experiências e acontecimentos, o cientista social interessado em “fatos objetivos” tende a considerar a riqueza dos relatos de vida escritos e orais como impurezas, pois, para ele, a reflexão posterior “distorce” as informações sobre acontecimentos passados.

A teoria psicanalítica, por exemplo, afirma ser possível especificar mais precisamente a relação entre as distorções e um conjunto de significações mais autênticas. Ela alega fornecer um método para revelar as significações mais profundas e inconscientes, além de uma teoria a respeito do que motivou essas distorções: o medo de enfrentar realidades emocionais. Sem renegar o valor da psicanálise, abordo as histórias de vida a partir de uma perspectiva diferente, e considero essas chamadas distorções como significativas e as “impurezas” das histórias de vida escritas como o que mais lhes confere valor enquanto documentos humanos. É sua natu-

reza em camadas que nos dá tanto prazer em lê-las. Tanto o fascínio como o problema analítico da narração de vida brotam dessa mesma fonte. A aparente impureza dos materiais autobiográficos pode, a meu ver, ser reformulada como *reflexividade*, como o cerne da questão, uma qualidade central que precisa ser teorizada e criticamente examinada. Portanto, quero promover uma metodologia que trabalhe conscientemente com interconexões frouxas em muitas direções, ao invés de identificar relações causais estreitas numa única direção.

Como teórica social também preciso tirar proveito dos ricos desenvolvimentos da crítica literária, nesses últimos 30 anos, sobre o estudo de autobiografias (como Abbot, 1988; Bruss, 1976; 1992, 1999, 2004; Jelinek, 1990; Gusdorf, 1980; Lejeune, 1975, 1984; Olney, 1972, 1980, 1996; Pascal, 1960). Os teóricos literários situam as autobiografias entre a história e a literatura imaginativa e criativa, embora mais perto da criatividade do que da história. Para analisar narrativas de infância, é muito importante considerar as maneiras como alguns teóricos realçam a interação entre os diferentes tempos das narrativas: o *agora* da escrita, o *então* do passado narrado e o tempo de um *contexto histórico* do indivíduo (Abbot, 1988; Barthes, 1975; Bruss, 1976; Olney, 1980). Outra mudança expressiva na análise literária de autobiografias é a que leva do *bios* ao *autos*, isto é, do enfoque na vida para o enfoque na construção do eu (Olney, 1980). A meu ver, este desenvolvimento interno da crítica literária está ligado com as mudanças gerais da modernidade transformadora discutidas acima. Também quero argumentar que para entender o *autos* – construções de eus –, é também importante focar o *bios* – como experiências de vida são usadas para criar representações de eus.

Na crítica literária, Lejeune (1975, 1984) revisou seu enfoque no “pacto autobiográfico” entre o escritor e o leitor; Eakin (1992) reabriu a questão de referência nos escritos autobiográficos e introduziu um novo foco na ética dos escritos de vida (Eakin, 2004); e Abbot (1988) remodelou a autobiografia não como forma específica, mas como tipo específico de ato de leitura. A principal diferença entre uma autobiografia e um romance não está tanto na “factualidade” de uma e na “fictividade” do outro, mas nas diferentes orientações que provocam tanto nos escritores como nos leitores.

Para meus interesses analíticos de cientista social, isto significa que os textos autobiográficos podem ser social e culturalmente definidos, o que nos permite lê-los como revelação tanto do ato de construir signifi-

ção a partir de experiências no mundo, como de experiências no mundo. Escrever a sua autobiografia pode ser considerado como uma *prática situada* que envolve o escritor e seus leitores imaginados. Esta prática resulta num texto que pode ser lido e interpretado por leitores verdadeiros, inclusive pesquisadores.

Em crítica literária também existem outras tendências, voltadas para repensar a relação entre vários tipos de textos e a vida social. Alguns críticos literários que trabalham com o Renascimento aproximaram-se da antropologia e das outras ciências sociais sob os rótulos de “novo historicismo” ou “poética da cultura” (ver, por exemplo, Greenblatt, 1989; Montrose, 1989; White, 1989). Outros ainda dirigiram seu olhar analítico para textos não-ficcionais, como documentos burocráticos e outros textos tradicionalmente analisados por cientistas sociais e historiadores.

Nas ciências sociais, também existem novas tendências que dão muita atenção aos problemas de análise textual. Por exemplo, análises literárias foram usadas para analisar práticas culturais (Geertz, 1983), assim como ao processo de escrita antropológica, das observações participantes, às monografias antropológicas, passando pelas notas de campo, como um gênero (Clifford & Marcus, 1986). Stanley (1993) apontou para as continuidades entre a análise textual e a análise da interação social cotidiana. Muitas vezes, a vida social consiste mais na construção, apresentação e negociação de relatos ou versões – “textos” verbais cotidianos – do que na ação social em si. Na vida social, as pessoas costumam se preocupar com a representação textual e, normalmente, partem do princípio de que relatos ou versões referem de algum modo a acontecimentos reais no mundo.

Agora, o principal desafio para os cientistas sociais é reencontrar os diversos pontos de contatos que histórias de vida e autobiografias mantêm com a história (e, de modo importante, fazem a história) sem esquecer que também são histórias. O desafio é redefinir textos em relação a experiências, vidas e contextos sem reduzir os textos a meras reflexões de realidades anteriores. A relação entre texto e vida é dinâmica, pois os seres humanos usam meios narrativos convencionais para dar forma às suas experiências e, até um certo ponto, as experiências são constituídas pela maneira como são contadas. As narrativas não são apenas “destiladas” da vida. Também refluem para a vida. Nas palavras de Bruner (1987, p. 15):

Os processos cognitivos e lingüísticos culturalmente moldados que guiam o dizer de si das narrativas adquirem o poder de estruturar a experiência perceptual, organizar a memória, segmentar e construir sob medidas os numerosos “acontecimentos” de uma vida. No fim, *tornamos* as narrativas autobiográficas pela quais “contamos” nossas vidas.

Em outras palavras, as narrativas e classificações constroem a realidade social tanto quanto a exprimem. Uma dimensão desse processo é o poder, pois uma luta de classificação faz geralmente parte de cada tipo de luta entre indivíduos e grupos. Além disso, a narração voluntária da história de vida pode ser um ato de empoderamento.

Quando tentam reconstruir suas experiências tão precisamente quanto possível, os contadores e escritores autobiográficos estão ativamente envolvidos em construir o mundo e suas identidades nele, em moldar as modalidades da realidade social e em se acomodar com as posições múltiplas e variáveis dentro do mundo que eles constituem e habitam ao mesmo tempo. As histórias de vida não são apenas socialmente produzidas; também podem ser socialmente produtivas. Com esta definição de seu campo, as histórias de vida não são meras traduções de vidas em textos, mas também partes integrantes da própria vida. Por meio de um processo simbiótico, escrever (ou contar) sua história de vida ajuda não somente a retrabalhar o passado, mas também a retrabalhar o presente e imaginar o futuro através do passado.

Isto significa que cada história de vida tem vários pontos de contatos com a história ao mesmo tempo. Primeiro, uma história de vida é um relato subjetivo das inter-relações de um indivíduo histórico com o mundo social. A subjetividade faz parte da história. Segundo, a história de vida costuma conter informações históricas sobre pessoas e acontecimentos. Terceiro, quando essas informações são modificadas para se conformarem com certos ideais e objetivos, essas transformações podem informar a respeito dos valores e idéias culturais de grupos específicos. Quarto, as numerosas convenções do próprio gênero de narração de vida fazem parte do patrimônio cultural (mais ou menos) amplamente compartilhado. Ao narrarem suas histórias de vida, as pessoas fazem um uso criativo de um corpo vasto e complexo de conhecimento cultural. Assim, uma história de vida é única e ao mesmo tempo se conforma com ideais e convenções sociais e culturais. É precisamente essa tensão que faz das histórias de vida documentos históricos interessantes e importantes.

Pesquisa sobre crianças e infância

Os padrões culturais costumam se tornar mais claros quando emergem idéias e práticas novas e antagonicas. No presente, as noções populares de crianças e infância estão sofrendo mudanças constantes. Na sociedade moderna, as crianças são definidas pela sua imaturidade biológica, assim como por sua dependência dos adultos. As crianças são ao mesmo tempo idealizadas como mais inocentes que os adultos e marginalizadas como menos competentes que eles. Segundo James & Prout (1990), uma infância não deveria ser vista como uma constante em termos naturalistas e universalistas.³ Logo, estudar a infância significa explorar como este “ser uma criança” se concebe e articula diferentemente em idéias e práticas culturalmente específicas que se juntam para definir a natureza específica de uma infância particular. Portanto, a meu ver, não deveríamos mais falar a respeito do estudo da infância, mas antes, e sempre, do estudo de infâncias específicas. O estudo de infâncias pode ser dividido em três tipos diferentes de interesses de pesquisas:⁴

Fatos nas vidas de crianças. Sua meta é estudar como se formam infâncias particulares. A premissa subjacente é de que as infâncias são econômica, social e historicamente constituídas e existem além das atividades de qualquer criança ou adulto particular. Esta área de pesquisa se interessa pelas estruturas materiais e históricas gerais e a localização de indivíduos de uma dada idade em relação a fatores como região, classe social, etnicidade, raça, religião e gênero – assim como em relação às guerras e outros acontecimentos políticos.

Idéias e imagens da infância. Sua meta é estudar as concepções, idéias e crenças culturais particulares sobre crianças em diferentes períodos históricos e grupos sociais, assim como idéias sobre por que as pessoas querem ter filhos. Essas idéias se revelam por meio do estudo dos discursos sobre crianças e infâncias, do estudo das lacunas e dos silêncios nesses discursos e do estudo de como as crianças e as infâncias são usadas como metáforas em outros discursos.

Experiências de infância. Sua meta é estudar como é ser uma criança. Responder essa pergunta implica, entre outras coisas, focar as crianças como atores sociais e examinar seus pontos de vista. Buscar o ponto de vista das crianças significa não apenas recorrer a

um enfoque *nas* crianças, mas antes, e mais importante, ver a sociedade e a cultura *a partir dos* pontos de vista de crianças. Parte das experiências da infância é constituída por atividades organizadas por crianças, muitas vezes chamadas de “cultura da criança” ou “cultura das crianças”. A pesquisa que busca recuperar os pontos de vista das crianças costuma se basear na observação direta de e em conversas com crianças. Além disso, os pesquisadores adultos podem recorrer a várias outras fontes. Podem, por exemplo, analisar tanto os textos escritos por crianças (Steedman, 1987), como as reminiscências de infância escritas por adultos. Ao tentarem recuperar os pontos de vista de crianças que viveram muito tempo atrás, os analistas têm de contar com os vestígios deixados por crianças e por adultos lembrando as suas infâncias. Quando estudam as experiências de infância, os pesquisadores adultos tentam habitar mentalmente as posições de crianças em tempos e lugares diferentes para retratar e analisar a vida social como vista de sua perspectiva em busca de compreensões mais gerais, além das crianças particulares.

Este enfoque implica uma mudança na compreensão da socialização e do desenvolvimento humano: deixar de olhar as crianças como recipientes passivos para vê-las como participantes ativos e criativos de sua própria socialização. Quando se transmitem às crianças, as idéias e práticas culturais costumam sofrer mudanças e transformações no processo. Como as crianças não são geralmente levadas a sério como informantes sobre suas próprias vidas,⁵ precisamos de conhecimentos sobre seus pontos de vista para podermos avaliar a validade, relevância e adequação de outros tipos de conhecimentos sobre crianças e infância.

Buscando experiências da infância nas narrativas de adultos

Para o estudioso, a tarefa mais problemática em relação ao material autobiográfico é buscar os pontos de vista das crianças. A pergunta que me faço é se as lembranças da infância de adultos podem servir de fontes para compreendermos as experiências da infância.

À primeira vista, nada indica que o estudo de histórias de vida escritas por adultos contribua muito para o estudo da infância como vista de pontos de vista das crianças. Muitos argumentos podem ser citados contra o seu uso para entender as experiências de infância. Um deles é

que a diferença entre o eu que escreve e o eu que era (Barthes, 1975) está no seu auge quando as pessoas narram suas experiências da infância. As experiências ulteriores e as preocupações do autor no seu presente dão outras cores às lembranças de infância, tornando as narrativas de vida inerentemente instáveis. As memórias de infância costumam ser continuamente reinterpretadas e retrabalhadas (e num certo sentido até repetidas) segundo o tipo de vida que uma pessoa leva. À luz de novas experiências, a avaliação de certos acontecimentos ou períodos costuma mudar. Com isso, uma infância narrada pode mudar constantemente e depender do que está ocorrendo no presente do narrador. Outro argumento é que as memórias de infância são reconstruídas a partir de uma distância no tempo e têm uma natureza particular. Por causa da distância no tempo, elas são meio esquecidas e obscuras. Por causa de sua natureza particular, elas não podem ser facilmente verificadas.

Estas características das narrativas de vida não podem ser negadas. Uma exposição não mediada da infância do ponto de vista de uma criança muito pequena é impossível (Heinritz, 1996). Contudo, através da imaginação poética da história do adulto pode-se, às vezes, vislumbrar algo de como é ser uma criança. Numa autobiografia, a parte da infância pode ser lida como o produto de um diálogo entre a criança que o autor foi e o adulto que ele ou ela é então. As memórias de infância não são apenas parcialmente esquecidas, também são parcialmente lembradas. Além de enfatizar o quanto é esquecido, quero também, portanto, ressaltar como é notável que tanto seja realmente lembrado. Como todas as memórias, as de infância não são apenas inerentemente instáveis, como também um tanto contínuas. Portanto, a questão mais interessante passa a ser o que é lembrado e selecionado como apresentável numa história de vida. Por que certas coisas constam das narrativas de vida e outras não? É possível identificar certos motivos (no sentido musical da palavra) típicos e exemplos cruciais no processo de crescer? Existem semelhanças entre as infâncias textuais de adultos e os temas mais importantes dos estudos contemporâneos sobre crianças?

É o que vou discutir no resto deste artigo. As reminiscências de infância demonstram particularmente bem que a infância não é apenas percebida como um estágio ou um *período de tempo* na vida de cada um, mas também como uma manifestação de certas *qualidades de vida*. Apenas em relação aos significados das qualidades de vida é que fazem sentido enunciados autobiográficos como “Não tive infância”. Nele, a idéia

moderna de infância pode ser delineada como implicando noções de proteção, amor e jogo em oposição a trabalho duro e sofrimento. Quando a infância é definida em relação a qualidades de vida específicas, ela não é necessariamente limitada à infância como um estágio de vida.

Enquanto as histórias das crianças costumam ser histórias sobre como se tornar um adulto (o que sugere que a idade adulta é um mistério), as lembranças da infância escritas ou contadas pelos adultos costumam mostrá-los como lutando para recuperar a sua infância (a infância é um mistério a ser explorado). As crianças costumam ter uma consciência muito aguda de serem crianças e conseguem adotar os pontos de vista de adultos, embora raramente tenham bastante experiência para analisar o que está acontecendo com elas ou em torno delas com uma distância reflexiva. Assim, a paisagem social da infância continua sendo um pano de fundo que se reveste de significação mais tarde, a partir de diferentes circunstâncias. Algumas histórias escritas por adultos podem assim oferecer a vantagem de uma perspectiva mais clara sobre a infância.

Um índice de uma perspectiva mais clara é que os adultos autores de história de vida costumam terminar sua infância textual de maneiras muito definitivas, colocando-a assim explicitamente em perspectiva.⁶ Por exemplo, os adultos podem escolher um incidente como emblema da transição. “Após este acidente minha infância terminou”, escreve Ruth Behar (1996, p. 217) num artigo autobiográfico. Embora as mudanças na infância verdadeira possam ter sido graduais, uma infância textual costuma ser claramente delineada.

Desse modo, os autores demarcam suas vidas como crianças segundo sua individualidade e tradição cultural. A lista abaixo contém alguns exemplos típicos do momento que encerrou uma infância textual: perda da inocência em geral; perda da inocência sexual; perda da associação dos sentidos que costumam ser considerados como um privilégio da infância; perda da confiança nos adultos; perda da segurança, às vezes ligada à morte dos pais ou responsáveis, e/ou a guerras ou outros acontecimentos políticos; experiência da morte, geralmente a dos avós; consecução de relações de poder mais simétricas com os pais e outros adultos; assumir novas responsabilidades; começar a cumprir tarefas de adultos; deixar a família; casamento.

Todos esses exemplos dependem do contexto social e histórico. Por exemplo, enquanto o trabalho costuma ser uma parte menor da infância ocidental contemporânea, ele faz intrinsecamente parte da infância da

maioria dos outros contextos culturais e períodos históricos. Mais geralmente, muitos desfechos de infâncias narradas subentendem um sentido de perda. Esse fato reforça a idéia de que é muito mais fácil perceber uma infância de um ponto de vista literal ou figurativamente fora da experiência considerada como lhe pertencendo do que de dentro.

Não é apenas a infância da pessoa que já passou, mas as condições históricas a ela associadas também já passaram. Além disso, como argumentou Stephens (1995), hoje em dia, existe uma sensibilidade elevada, no mundo inteiro, de que a própria infância possa não existir mais, na sua versão particular que implica segurança, felicidade e inocência. Minha teoria é que a ansiedade moral trazida pela percepção emergente de que a infância foi eclipsada intensifica o sentido de perda e, com isso, as motivações para contar sua própria história.

Contar sua vida não é apenas um diálogo entre escritor e leitor (ou entre contador e ouvinte), mas também entre o narrador e seus eus passados. É exatamente este aspecto de diálogo reflexivo que faz dessas narrativas de vida uma fonte concorrida e desafiadora para as ciências sociais. Embora o presente da escrita seja privilegiado, pois influencia a seleção de acontecimentos do passado e colore sua apresentação, a infância do passado também é privilegiada, num certo sentido. São as experiências da infância que fornecem a base para a aprendizagem e a criatividade ulteriores. Por meio das mais precoces percepções do mundo, cada pessoa adquire algumas das idéias, imagens e metáforas básicas que, mais tarde, vão estruturar suas experiências no mundo e os sentidos que dão a este.

Para um olhar mais atento, entretanto, infância e adultez não são entidades tão distintas e auto-evidentes. As diferenças entre crianças de dois e dez anos são, de algum modo, tão grandes quanto ou maior que as diferenças entre crianças de 12 e 15 anos. Os escritos autobiográficos podem ser analisados em termos de tentativas parcialmente bem-sucedidas, dando uma continuidade às várias experiências. A relação entre infância e adultez costuma ter uma natureza dinâmica, complexa e imbricada e, numa narração da vida, a reflexividade pode ser analisada como uma luta criativa entre a adultez e a infância, entre a identidade e a diferença e entre a proximidade e a distância. Sua matéria prima é a experiência, mediada pelo corpo. Como as crianças são consideradas como mais inocentes que os adultos e não se espera que elas sejam sexualizadas ou capazes de transcender seus conflitos, é culturalmente possível escrever mais livre e intensiva-

mente sobre acontecimentos da infância do que sobre acontecimentos ulteriores.

Neste respeito, pode ser útil distinguir a infância como *tema*, por um lado, da infância como *assunto*, do outro. O tema seria o que o narrador descobre no seu assunto – ou seja, o desenvolvimento narrativo da significação encontrada em acontecimentos e experiências. Muitas histórias de vida exemplificam temas adultos no assunto infância. Além disso, elas podem conter tanto descrições ocasionais de emoções infantis intensas como longos trechos a respeito das práticas e rotinas da vida cotidiana na infância. A meu ver, a descrição ocasional de momentos de intensa emoção pode conter um *vislumbre* do que pode ser “ser uma criança”. Também quero contestar o pressuposto profundamente arraigado na modernidade ocidental de que existe uma contradição fundamental entre verdade e autenticidade, por um lado, e construções literárias, pelo outro. Os narradores costumam recorrer a meios literários ou imaginários para construir um relato aproximadamente autêntico de experiências a partir do ponto de vista da criança no passado narrado.

Neste ponto, os cientistas sociais têm muito a aprender com a análise autobiográfica na crítica literária. Mas é também nisto que o enfoque nas questões da infância tem algo a acrescentar à crítica literária e à análise social: as reminiscências da infância podem, em particular, ser verdadeiras sem serem historicamente exatas. A distinção entre exatidão histórica e verdade poética (Gusdorf, 1980; Olney, 1972, 1980, 1996; Pascal, 1960; Personal Narrative Group [Grupo de Narrativas Pessoais], 1989) é brilhantemente exemplificada na análise que Olney (1996) faz de um episódio de traição em *Black boy*, de Richard Wright. O episódio não é historicamente exato, pois não ocorreu com Wright, mas com outra pessoa. Mesmo assim, Olney argumenta que o episódio é verdadeiro. Pelo poder da escrita, o episódio torna-se um emblema da traição de todos os rapazes negros. Wright, portanto, não está errado ao apresentá-lo como *sua* fábula e *sua* verdade, como um membro da comunidade.

Além disso, e mais importante, é útil diferenciar melhor em função do ponto de vista. Num trabalho anterior (Gullestad, 1996, p. 211-214), argumentei que tanto os fatos históricos como as verdades poéticas podem ser mais ou menos distantes dos pontos de vista da criança que teve essas experiências no passado. Logo, existem vários tipos de “verdades de infância” nos relatos autobiográficos. Primeiro, existe a verdade poética, criada por meios literários: a distância entre o então e o agora é

(mais ou menos) preenchida, o que dá ao texto uma impressão de “no local”. Quanto mais abertamente “sentimental” a lembrança, mais existe um fosso entre então e hoje e um movimento entre eles, assim como uma progressão textual no tempo. Quanto mais “ingênuo” a lembrança, menos ela é dinâmica em termos de tempo e mais ela tem intensidade e poder.⁷ Enquanto o relato “sentimental” pode ser interpretado como uma cadeia se mexendo no tempo, o tempo, no relato “ingênuo”, torna-se quase que um lugar – daí sua qualidade atemporal e “no local”, em termos literários. Paradoxalmente, parece que um tipo de atemporalidade em termos literários é uma pré-condição para uma interpretação historicamente válida das memórias de infância de alguém, de como certos incidentes acabaram moldando as compreensões do eu e da sociedade de alguém.

Nota conclusiva

Neste artigo, tentei abrir novos caminhos para ler e analisar a parte da infância nas histórias de vida ao delinear uma série de dicotomias que, hoje em dia, assombam essa área. A meu ver, essas dicotomias podem constituir um leque de possibilidades analíticas mais do que escolhas e programas analíticos polarizados. A dicotomia entre vida e texto pode ser superada por um exame das vidas históricas por meio de uma análise textual cuidadosa, que inclua uma análise da percepção que o autor tinha dos públicos e do que a narração de sua vida faz com ele ou ela. Não se deve olhar os textos nem como janelas transparentes para uma realidade externa nem como puras construções. É possível olhar como os textos autobiográficos – enquanto reconstruções de experiências – tanto refletem como formam seus contextos de criação.

A dicotomia entre fato e ficção pode ser superada especificando-se tão precisamente quanto possível a natureza dos vários tipos de autenticidade e falta de autenticidade nos relatos autobiográficos. Uma lembrança pode ser inautêntica de um ponto de vista analítico e autêntica de outro. Ela pode, por exemplo, ser autêntica ou inautêntica enquanto criação poética, como fato histórico, ou os dois. Portanto, superar a polarização entre fato e ficção significa também superar a polarização entre exatidão histórica e verdade poética. Como, a meu ver, as verdades humanas gerais podem apenas emergir do *insight* mais fiel e detalhado sobre o que significa ser uma pessoa particular em situações particulares, a dicotomia entre o geral e o específico também pode ser resolvida.

A dicotomia entre objetividade e subjetividade pode ser superada apontando aspectos culturais e históricos da subjetividade, por um lado, e a natureza culturalmente mediada da objetividade, por outro. Por isso, não quero abrir mão da noção de objetividade, no sentido de exatidão, argumentação e honestidade intelectual. Antes, quero fornecer um argumento para uma objetividade mais rica e, em certo sentido, mais verdadeira, ao levar em conta a natureza socialmente mediada de toda subjetividade e objetividade.

Não por acaso, tiro essas conclusões após examinar a natureza das lembranças de infância. Estas intensificam alguns dos dilemas da análise das histórias de vida e assim forçam os analistas a afiarem suas ferramentas analíticas. Existem tanto diferenças como continuidades entre infância e adultez, e as fronteiras e a natureza dessa relação parecem ser profundamente contestadas pelas mudanças rumo à modernidade transformadora.

O fato de as reminiscências de infância costumarem desempenhar um papel importante nas narrativas de vida em termos de quantidade, intensidade e centralidade, ao mesmo tempo em que, até agora, receberam pouca atenção teórica, é um paradoxo que fornece a chave para a análise cultural da modernidade. Assim como “no mundo moderno todo mundo pode, deveria, haverá de ‘ter’ uma nacionalidade, assim como ele ou ela ‘tem’ um gênero” (Anderson, 1983, p. 14), todo mundo também “tem” uma infância (Stephens, 1997) e, gostaria de acrescentar, um *eu*. O exame contínuo das experiências de infância é uma parte central e “natural” da criação de representações do eu adulto. Contudo, as experiências da infância foram naturalizadas tanto quanto foram consideradas como evidentes e marginalizadas. Este artigo deve ser lido como um argumento para um exame mais crítico dos papéis e das significações mutáveis das lembranças de infância em narrativas autobiográficas e do uso crescente no mundo inteiro de memórias de infância para a construção de eu.

Recebido em novembro de 2004 e aprovado em março de 2005.

Notas

1. Existem algumas exceções nos estudos feministas que escrevem principalmente a respeito das histórias de vida de mulheres, e nas teorias de John Eakin (1992, 1994, 2003).
2. Esse processo é muito semelhante ao de produção de textos etnográficos a partir de experiências de campo (Clifford & Marcus, 1986).

3. A falecida Sharon Stephens (1995) criticou a noção limitada de cultura subjacente à discussão, entretanto, muito útil de James & Prout. As noções de infância não deveriam ser vinculadas às “culturas” como todos integrados e delimitados, porque então perderíamos de vista a situação histórica mundial atual, na qual as noções de culturas distintas organicamente integradas são provavelmente menos úteis do que antes. Não conseguimos entender o que está acontecendo com as infâncias modernas mundialmente invasivas de hoje com essas teorias da cultura.
4. Essa maneira de distinguir questões de pesquisa também pode ser útil quando se discute o estudo da adolescência e da juventude: experiências de adolescência; fatos nas vidas de adolescentes; imagens e idéias da adolescência.
5. O enfoque nos pontos de vista das crianças é central para o *Norwegian Centre for Child Research* (Centro Norueguês para a Pesquisa sobre Crianças) em Trondheim (ver Gullestad, 1992, p. 113-136; Tiller, 1989; Åm, 1989.)
6. Alguns autores distinguem infância e adolescência e outros não. A “descoberta” da juventude como um período claramente definido com início e fim é mais recente do que a “descoberta” da infância moderna. Segundo Musgrove (1964, p. 33), o adolescente foi inventado ao mesmo tempo que a máquina a vapor. Quando existe uma distinção entre infância e juventude, os três ou quatro últimos itens acima podem constituir o fim da juventude mais do que o fim textual da infância.
7. Os conceitos de “ingênuo” e “sentimental” não são aqui usados em seu sentido corriqueiro, mas em termos de idéias particulares do século XVIII, formuladas por Friedrich Schiller. Segundo Schiller (1795), na Antiguidade grega havia uma identidade entre sentimentos e pensamentos e entre a consciência humana e o mundo circundante. Mas essa atitude “ingênuo” logo se deteriorou e se transformou nas formas de atitude “sentimental” mais distantes. Enquanto o epos homérico tinha uma relação mais direta e descomplicada com a natureza, o grande amor dos Românticos e seu interesse pela natureza se baseavam em sentimentos de alteridade e alienação. Essas várias concepções de natureza estão estreitamente relacionadas com concepções de infância: o gênero moderno da autobiográfica desenvolveu-se junto com as atitudes “sentimentais”, no sentido de Schiller, para com a natureza e as crianças. Cabe realçar, entretanto, que o esquema de Schiller não é puramente temporal e histórico, mas tem antes uma natureza tipológica. Ele considerava, por exemplo, os escritos de Goethe, seu contemporâneo, como “ingênuos”. Do mesmo modo, existem exemplos de discursos da infância tanto “ingênuos” como “sentimentais” na autobiografia contemporânea. A “sentimentalidade”, no sentido descrito acima, pode explicar a idealização de algumas abordagens científicas (por exemplo, o estudo dos conhecimentos das crianças), assim como a problematização particular de outras abordagens (a teoria psicanalítica, por exemplo). Essas duas atitudes são usadas nas autobiografias.

Referências bibliográficas

ABBOT, H.P. *Autobiography, autography, fiction: groundwork for a taxonomy of textual categories*. *New Literary History*, Baltimore, v, 19, n. 3, p. 597-615, 1988.

ÅM, E. *På jakt etter barneperspektivet*. Oslo: Scandinavian University Press, 1989.

- ANDERSON, B. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London/New York: Verso, 1983.
- ARIÈS, P. *Centuries of childhood*. London: Jonathan Cape, 1962 [1960].
- BARTHES, R. An introduction to the structural analysis of narrative. *New Literary History*, Baltimore, v. 6, n. 2, p. 237-272, 1975.
- BECK, U. *Risikogesellschaft – auf den weg in eine andere moderne*. Frankfurt am main: Suhrkamp Verlag, 1986.
- BEHAR, R. The girl in the cast. In: GULLESTAD, M. (ed). *Imagined childhoods*. Oslo: Scandinavian University Press, 1996. p. 217-239.
- BELL, D. *Post-Industrial society: a venture in social forecast*. London: Heinemann, 1974.
- BERGER, P.L.; BERGER, B.; KELLNER, H. *The homeless mind*. Harmondsworth, Middlesex, England: Penguin Books, 1973.
- BERTAUX, D. (ed.) *Biography and society: the life history approach in the social sciences*. London: Beverly Hills, 1981.
- BRUNER, J. Life as narrative. *Social Research*, v. 54, n. 1, p. 1-17, 1987.
- BRUSS, E.W. *Autobiographical acts: the changing situation of a literary genre*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1976.
- CLIFFORD, J.; MARCUS, G.E. (ed.) *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- COHEN, A.P. *Self consciousness: an alternative anthropology of identity*. London: Routledge, 1994.
- DE MAN, P. Autobiography as de-facement. In: DE MAN, P. *The rhetoric of Romanticism*. New York: Columbia University Press, 1984.
- EAKIN, P.J. *Touching the world: reference in autobiography*. Princeton: Princeton University Press, 1992.
- EAKIN, P.J. *How our lives become stories: making selves*. Ithaca: Cornell University Press, 1999.

EAKIN, P.J. (Ed.). *The ethics of life writing*. Ithaca: Cornell University Press, 2004.

GEERTZ, C. *Local knowledge: further essays in interpretive anthropology*. New York: Basic Books, 1983.

GIDDENS, A. *Modernity and self-identity: self and society in the late Modern Age*. Oxford: Polity Press, 1991.

GREENBLATT, S. Towards a poetics of culture. In: VEESER, H.A. (ed.). *The new historicism*. New York: Routledge, 1989.

GULLESTAD, M. *The art of social relations: essays on culture, thought and social action in modern Norway*. Oslo/Oxford: Scandinavian University Press/Oxford University Press, 1992.

GULLESTAD, M. *Everyday life philosophers*. Modernity, morality and autobiography in Norway. Oslo: Scandinavian University Press, 1996.

GULLESTAD, M. Mohammed Atta and I: identification, discrimination and the formation of sleepers. *European Journal of Cultural Studies*, London, v. 6, n. 4, p. 529-548, 2003a.

GULLESTAD, M. Fighting for a sustainable self-image: the role of descent in individualized identification. *European Journal of Social Anthropology*, n. 42, p. 23-30, 2003b.

GUSDORF, G. Condition and limits of autobiography. In: OLNEY, J. *Autobiography: essays theoretical and critical*. Princeton: Princeton University Press, 1980 [1966].

HARVEY, D. *The condition of post-modernity: an enquiry into the origins of cultural change*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

HEINRITZ, C. The child in childhood – autobiography: secret or mystery? In: GULLESTAD, M. (ed.). *Imagined childhoods*. Oslo: Scandinavian University Press, 1996. p. 179-200.

JAMES, A.; PROUT, P. A new paradigm for the sociology of childhood? Provenance, promise and problems. In: JAMES, A.; PROUT, P. (Ed.). *Constructing and reconstructing childhood*. London: The Falmer Press, 1990.

JELINEK, E.C. (Ed.). *Women's autobiography: essays in criticism*. Bloomington/London: Indiana University Press, 1980.

- LEJEUNE, P. *Le pacte autobiographique*. Paris: Éditions du Seuil, 1975.
- LEJEUNE, P. *Moi aussi*. Collection poétique. Paris: Éditions du Seuil, 1984.
- MEAD, G.H. *Mind, self & society*. Chicago: University of Chicago Press, 1934.
- MILLER, A. *The drama of the gifted child*. New York: Basic Books, 1981.
- MONTROSE, L.A. Professing the renaissance: the poetics and politics of culture. In: VEESER, H.A. (Ed.). *The new historicism*. New York: Routledge, 1989.
- MUSGROVE, F. *Youth and the social order*. London: Routledge/Kegan Paul, 1964.
- OFSHE, R.; WATTERS, E. *Making monsters*. New York: Charles Scribner's Sons, 1994.
- OLNEY, J. *Metaphors of self: the meaning of autobiography*. Princeton: Princeton University Press, 1972.
- OLNEY, J. (Ed.). *Autobiography: essays theoretical and critical*. Princeton: Princeton University Press, 1980.
- OLNEY, J. Autobiography and the cultural moment: a thematic, historical and bibliographical introduction. In: OLNEY, J. *Autobiography: essays theoretical and critical*. Princeton: Princeton University Press, 1980.
- OLNEY, J. On telling one's own story; or, memory and narrative in early life-writing. In: GULLESTAD, M. (Ed.). *Imagined childhoods*. Oslo: Scandinavian University Press, 1996. p. 41-62.
- PASCAL, R. Design and truth in autobiography. London: Routledge/Kegan Paul, 1960.
- THE PERSONAL Narrative Group. (Ed.). *Interpreting women's lives: feminist theory and personal narratives*. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, 1989.
- PIORE, M.; SABEL, C.F. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books, 1984.
- SCHILLER, F. *Über naive und sentimentalische Dichtung*. Stuttgart: Philipp Reclam, 1966 [1795].

STANLEY, L. *The auto/biographical I: the theory and practice of feminist auto/biography*. Manchester: Manchester University Press, 1992.

STEEDMAN, C. *The tidy house: little girls writing*. London: Virage, 1987.

STEPHENS, S. Children and the politics of culture in late capitalism. In: STEPHENS, S. (Ed.). *Children and the politics of culture*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

STEPHENS, S. Editorial introduction: children and nationalism. *Childhood*, v. 4, n. 1, p. 5-18, 1997.

STEPHENS, S. *Postmodern anthropology: a question of difference*. M.S, n./d.

TAYLOR, C. *The ethics of authenticity*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

TILLER, P.O. *Hverandre*. En bok om barneforskning. Oslo: Gyldendal, 1989.

WHITE, H. New historicism: a comment. In: VEESER, H.A. (Ed.). *The New Historicism*. New York: Routledge, 1989.